

RELATÓRIO DE INVESTIMENTO/JANEIRO-2019
COMITE DE INVESTIMENTOS – Resolução DE nº 08, de 30 de julho de 2018

1 - RETROSPECTIVA

O ano de 2019 se iniciou com a posse do presidente eleito, Jair Bolsonaro e dos seus ministros. Foram renovadas as expectativas da evolução favorável da economia brasileira, a partir das sinalizações emitidas de uma agenda econômica liberal e comprometida com o ajuste das contas públicas.

Nesse contexto, será essencial a adoção de reformas, sendo a principal a da Previdência. De acordo com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, ainda não há definição sobre a forma de envio dessa reforma, sendo a mais provável a de encaminhamento, ao Congresso, fatiada em mais de um projeto.

Em relação à economia internacional, na zona do euro, a principal notícia de final de ano foi a desaceleração da inflação em dezembro, mais do que o esperado. Enquanto em novembro os preços ao consumidor subiram 1,9% na base anualizada, em dezembro a alta de 1,6% ficou bem aquém da meta de 2% do Banco Central Europeu.

Nos EUA, as principais notícias de final de ano foram a divulgação da última estimativa de evolução do PIB no terceiro trimestre de 2018, em que o crescimento foi de 3,5% na base anual e o aumento da taxa básica de juros pelo FED, da faixa entre 2% e 2,25%, para a faixa entre 2,25% e 2,50%. Foi o quarto aumento do ano.

Outro fato de destaque nos EUA foi a criação de 312 mil empregos não rurais em dezembro, enquanto se esperava a criação de 176 mil novas vagas. Já a taxa de desemprego que era de 3,7% em novembro, aumentou para 3,9% em dezembro, com mais pessoas procurando trabalho.

Para os mercados de ações internacionais, o ano de 2018 acabou sendo de quedas. Enquanto o Dax, índice da bolsa alemã caiu 18,26% e o FTSE-100, da bolsa inglesa 12,48%, o índice S&P 500, da bolsa norte-americana, recuou 6,24% e o Nikkei 225, da bolsa japonesa 12,08%.

Já na primeira semana de janeiro o Dax subiu 1,98%, o FTSE-100 1,54%, o S&P 500, 1,86% e o Nikkei 225 recuou 2,26%.

Em relação à economia brasileira, o IPC-S terminou 2018 com alta acumulada de 4,32%, depois de registrar alta de 0,29% em dezembro. Já o IGP-M terminou o ano passado com alta de 7,54%, depois da queda de 1,08% em dezembro.




A grande notícia de final de ano no Brasil disse respeito à Balança Comercial do país que encerrou 2018 com superávit de US\$ 58,3 bilhões. Embora o resultado tenha sido 13% inferior ao de 2017, foi o segundo resultado mais forte já alcançado desde 1989, início da série histórica.

Para a bolsa brasileira, foi um ano de boa recuperação, com o Ibovespa subindo 15,03%. O dólar, por sua vez, subiu 17,13% no ano e o IMA-B Total 13,06%.

Já na primeira semana de janeiro o Ibovespa subiu 4,50%, o dólar recuou 2,89% e o IMA-B avançou 1,45%.

2 - RELATÓRIO DE MERCADO - FOCUS

No Relatório Focus de 4 de janeiro, a média dos economistas que militam no mercado financeiro estimou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subirá 4,01% em 2019. Para 2020 a estimativa é de que suba 4,00%.

Para a taxa Selic, o relatório informou que no fim de 2019 a taxa Selic estará em 7,00%, e em 2020 em 8,00%.

Já para o desempenho da economia previsto para este ano, o mercado estimou a evolução do PIB em 2,53%. Para 2020, a estimativa é que o PIB cresça 2,50%.

Para a taxa de câmbio, a pesquisa mostrou que a cotação da moeda americana estará em R\$ 3,80 no final do ano, e em R\$ 3,80 no final de 2020.

Para o Investimento Estrangeiro Direto, as expectativas são de um ingresso de US\$ 79,50 bilhões em 2019, e de US\$ 84,44 bilhões em 2020.

Relatório de Mercado – Focus – 04/01/19			
		2019	2020
IPCA(%)	⇒	4,01	⇒ 4,00
IGP-M (%)	↑	4,30	⇒ 4,00
Meta Taxa de Câmbio – Fim do Período (R\$/US\$)	⇒	3,80	⇒ 3,80
Meta Taxa SELIC – Fim do Período (% a.a.)	↓	7,00	⇒ 8,00
PIB (% crescimento)	↓	2,53	⇒ 2,50
Produção Industrial (% crescimento)	↓	3,04	⇒ 3,00
Balança Comercial (US\$ bilhões)	⇒	52,00	⇒ 47,25
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	⇒	79,50	⇒ 84,44

Fonte: Banco Central

↓ Redução
⇒ Estabilidade
↑ Elevação



3 - PROJEÇÕES

Para o início do mês, na zona do euro, teremos a divulgação das vendas no varejo e da taxa de desemprego em novembro, bem como a divulgação da ata da última reunião do BCE.

Nos EUA, teremos a divulgação das encomendas à indústria em novembro, da inflação do consumidor em dezembro e da ata da última reunião do FED.

No Brasil, teremos a divulgação dos dados parciais de inflação e do IPCA de dezembro, além da produção industrial em novembro.

No exterior, as atas das últimas reuniões do BCE e do FED em que nova elevação da taxa básica de juros foi decidida é a divulgação mais importante, e no Brasil a inflação de dezembro são os dados mais relevantes.

Quanto aos cenários que norteiam as aplicações financeiras no regime de previdência complementar, aconselhamos a manutenção na exposição aos fundos de investimento em títulos públicos, especialmente para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's.

Indicadores Diários – 04/01/19

Indicador	Dia (%)	Mês (%)	Ano (%)	12 meses (%)
CDI	0,02	0,07	0,07	6,47
IRF-M 1	0,01	0,06	0,06	6,91
IDKA IPCA 2 Anos	-0,01	0,39	0,39	9,79
IMA-B 5	-0,02	0,43	0,43	9,78
IRF-M	0,02	0,32	0,32	10,53
IRF-M 1+	0,02	0,43	0,43	12,04
IMA-B	0,52	1,44	1,44	13,52
IMA Geral	0,16	0,54	0,54	10,04
IMA-B 5+	0,96	2,24	2,24	16,35
IDKA IPCA 20 Anos	1,89	3,77	3,77	22,29
Ibovespa	0,30	4,49	4,49	17,44
S&P 500	3,43	1,00	1,00	-8,66
DAX	3,37	1,97	1,97	-10,96
FTSE 100	2,16	1,82	1,82	-10,90

Índices de Referência – novembro / 2018

Índice	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses
INPC	0,25%	3,29%	0,45%	2,14%	3,56%	5,57%
INPC + 6% a.a.	0,21%	8,93%	1,88%	5,16%	9,72%	18,54%
IPCA	-0,21%	3,59%	0,72%	2,23%	4,05%	6,96%
IPCA + 6% a.a.	0,25%	9,25%	2,15%	5,28%	10,24%	20,10%




4 - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS – PREVCOM-GO

A alocação estratégica aprovada na política de investimento vigente da entidade deverá observar as seguintes faixas de aplicação de recursos dos planos:

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITE			
	LEGAL Resolução 4661/2018	APLICAÇÃO OBJETIVO	INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	85%	80%	100%
Títulos da dívida mobiliária federal	100%	85%	80%	100%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal	100%	85%	80%	100%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80%	0%	0%	0%
Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)	20%	0%	0%	0%
Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado	20%	0%	0%	0%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDCs	20%	0%	0%	0%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	0%	0%	0%
Títulos do Agronegócio (CPR CDCA CRA e Warrant Agropecuário)	20%	0%	0%	0%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto securitizadoras	20%	0%	0%	0%
Renda Variável	70%	3%	0%	3%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação em segmento especial da BM&Fbovespa	70%	3%	0%	3%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação e que não estejam em segmento especial da BM&Fbovespa	50%	3%	0%	3%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III	10%	3%	0%	3%
Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros	3%	3%	0%	3%
Investimentos estruturados	20%	7%	0%	7%
Cotas de fundos de investimento em participações (FIP), Multimercado (FIM) e (FICFIM)	15%	7%	0%	7%
Cotas de fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso"	15%	7%	0%	7%
Certificados de operações estruturadas (COE)	10%	7%	0%	7%
Investimentos Imobiliários	20%	5%	0%	5%
Cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFII)	20%	5%	0%	5%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	20%	5%	0%	5%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI)	20%	5%	0%	5%
Investimentos no exterior	10%	0%	0%	0%
Operações com participantes	15%	0%	0%	0%



A aplicação objetivo detalhada no quadro acima corresponde à distribuição pretendida entre os segmentos, quando o patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA – e do Plano de Benefícios GOIAS SEGURO superarem individualmente o montante de R\$ 3 milhões de reais.

Enquanto o patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA –, e do Plano de Benefícios GOIAS SEGURO não superarem individualmente o montante de R\$ 3 milhões de reais, a aplicação dos recursos garantidores deste será exclusiva na modalidade Renda Fixa, vinculado ao limite superior detalhado.

Vale destacar que os recursos gerenciados através do PGA são basicamente originários de subvenções econômicas e repasses antecipados de um patrocinador relativos a contribuições futuras que estão previstas serem realizadas conforme aumentem o número de participantes no Plano Goiás Seguro e outros que vier a patrocinar.

A subvenção ou a antecipação dessas contribuições foi negociada com o propósito de que esses recursos sejam utilizados, no momento, para suportar despesas administrativas e de implantação da Fundação. Esses repasses tem sido realizado em montantes mensais em valor atualmente, bem aproximado das despesas fixas da Fundação.

Por essa razão, grande parte dos recursos vem sendo aplicados em renda fixa de curtíssimo prazo (aplicações conservadoras), uma vez que podem ser utilizados para fazer face às despesas de manutenção da Fundação a qualquer momento.

Já quanto ao PGS, os recursos são relativos às contribuições de participantes, juntamente com seus patrocinadores, destinados ao plano de benefício. No entanto, existe a possibilidade de devolução de parte desses recursos uma vez que há a possibilidade de cancelamento do respectivo plano pelo participante em até 90 (noventa) dias se sua inscrição tiver sido realizada automaticamente, nos termos da legislação vigente.

No mesmo sentido, uma parte das aplicações do PGS vem sendo aplicada em ativos de curto prazo (conservadores) como uma reserva para eventuais devoluções.

Por outro lado, norma legal exige que a entidade possua um serviço de custódia centralizada de suas aplicações. Entretanto, tal serviço no mercado tem custo elevado e, diante do pequeno patrimônio acumulado até o momento, tal tarifa ficaria muito onerosa, o que impactaria fortemente os resultados de rentabilidade.

Diante disso, para se garantir que as aplicações efetivamente estejam centralizadas, ainda que sem a contratação de um serviço de custódia centralizada, optou-se pela escolha de fundos de investimentos sob a administração de um único gestor e, nesse caso, custodiante, a Caixa Econômica Federal, a qual atualmente presta



serviços como instituição financeira para movimentação de contas bancárias da Fundação.

Vale destacar que o gestor possui vários Fundos de Investimentos voltados ao público alvo abrangido por entidades fechadas de previdência complementar, além de regimes próprios de previdência vinculados a administração pública. Tais fundos são compostos por títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, o que os torna compatíveis com as orientações da política de investimento vigente.

Como já informado, tão logo os patrimônios dos planos alcancem montante expressivo de forma a compensar o custo elevado da custódia centralizada, a estratégia de diversificação em aplicações sob administração de diferentes gestores já será uma alternativa, juntamente com a aquisição direta dos títulos públicos através de corretora a ser contratada.

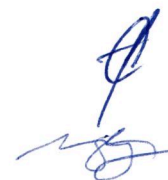
Desta forma, e considerando o cenário macroeconômico, projeções e avaliações dos indicadores e a política de investimento vigente da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Goiás:

1. Os ativos do Plano de Gestão Administrativa já contabilizados continuam alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBIMA – Curto Prazo IRF M1 e Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Médio Prazo IMA B5.

JUSTIFICATIVA: O montante de ativos alocados é suficiente para descaixes de curto prazo no custeio e manutenção da entidade e seu Plano finalístico e os Fundos de Investimentos FI CAIXA BRASIL IRF M 1 TP RF e FI CAIXA BRASIL IMA B 5 TP RF LP apresentaram nos últimos 12 meses rentabilidade acima do índice de referência para o segmento Renda Fixa, no caso 100% do CDI. (vide gráfico 1)

2. Os ativos do Plano Goiás Seguro já contabilizados continuam alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBIMA – Curto Prazo IRF M1 e Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Médio Prazo IMA B5.

JUSTIFICATIVA: O montante de ativos alocados é suficiente para descaixes em virtude da desfiliação de contribuintes em adesão automática, uma vez que é facultado o período de 90 dias para resgate total dos recursos capitalizados da data da inscrição, balanceamento os ativos para uma taxa interna de retorno maior



no médio prazo, além da justificativa sobre o valor da rentabilidade relatada no item 1.

3. Os ativos do Plano de Gestão Administrativa a serem contabilizados no mês corrente serão alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBIMA – Curto Prazo IRF M1.

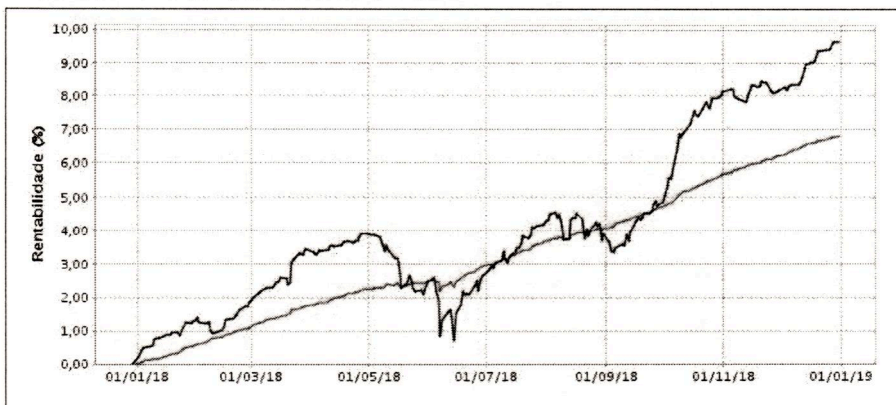
JUSTIFICATIVA: Em virtude de descaixe para pagamento de despesas referentes ao custeio e manutenção da entidade para o exercício de 2019, e a possibilidade alerta de revisão dos repasses a título de adiantamento de contribuição dos patrocinadores, intenciona-se garantir os ativos do PGA em produtos de curto prazo, além da justificativa sobre o valor da rentabilidade relatada no item 1.

4. Os ativos do Plano Goiás Seguro a serem contabilizados no mês corrente serão alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBIMA – Médio Prazo IMA B5.

JUSTIFICATIVA: Balanceamento os ativos para uma taxa interna de retorno maior no médio prazo, visto que o montante de ativos já alocados é suficiente para descaixes de curto prazo. Também, intenciona-se começar o equilíbrio da carteira de renda fixa para produtos indicados para o médio prazo, além da justificativa sobre o valor da rentabilidade relatada no item 1.

Gráfico 1

Relatório no período de 01/01/2018 até 31/12/2018



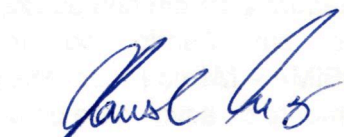
ATIVO	RETORNO (%)	VOL (A.A)	SHARPE	PATRIMÔNIO	%CDI	RESGATE (*)	AP. MIN.	INÍCIO (%)	ÚLT. 12M (%)	ACUM. ANO (%)	MÊS ANT. (%)
FI CAIXA BRASIL IMA B 5 TP RF LP	9,6675	3,0448	0,0626	R\$ 11.498.930.142,73	150,5076	D+0	R\$ 1.000,00	161,8239	9,1163	9,6675	0,1348
FI CAIXA BRASIL IRF M 1 TP RF	8,8052	0,5462	0,0418	R\$ 19.338.157.565,12	105,9460	D+0	R\$ 1.200,00	135,3649	6,8323	8,8052	0,5283




Ao final do período mensal, considerando os encaixes e desencaixes dos planos de benefícios, objetiva-se:

1. No PGA, ter alocado em torno de 50% do valor financeiro dos ativos distribuídos nos produtos de renda fixa de médio e curto prazo.
2. No PGS, ter alocado um ponto médio de 75% do valor financeiro dos ativos no Fundo de Investimento de maior prazo e a diferença nos ativos de curto prazo.

Goiânia, 07 de janeiro de 2019.



Fausto Pontes Cruz

Membro Comitê de Investimento



Murilo Luciano Souza Barbosa

Diretor de Investimentos - AETQ